

José Carlos volta a acusar Fiúza

■ Em novo depoimento, ele disse que o ex-ministro e deputado priorizava João Alves

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — O ex-diretor do Orçamento José Carlos Alves dos Santos fez ontem novas denúncias sobre o envolvimento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) no esquema de corrupção com verbas do orçamento. Em depoimento a parlamentares das subcomissões de subvenções sociais, emendas e patrimônio, José Carlos revelou que, como ministro da Ação Social, Fiúza dava prioridade à liberação de recursos para entidades filantrópicas ligadas ao deputado João Alves.

Impressionado com as revelações de José Carlos, o coordenador da Subcomissão de Subvenções Sociais, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), decidiu pedir à presidência da CPI que convoque Fiúza para um novo depoimento. “Pelo que José Carlos falou, ficou claro que o ex-ministro (Fiúza) estava realmente comprometido com o esquema de João Alves”, afirmou.

José Carlos contou que, na época em que dirigia o Departamento de Orçamento da União (DOU), o então ministro da Ação Social fez vários pedidos de liberação de recursos para beneficiar as entidades vinculadas a João Alves. No depoimento, ele decodificou as anotações feitas por Fiúza em dois bilhetes enviados ao DOU. Num deles, endereçado ao secretário-executivo da Ação Social, Maurício Vasconcelos, Ricardo Fiúza pede para “com-



José Carlos, acompanhado por seus advogados, depôs a uma comissão enviada pela CPI à Polícia Federal

binar com o José Carlos” a liberação de 80% do saldo de recursos, estimado em cerca de Cr\$ 80 bilhões, em 1992.

Esse bilhete, conforme José Carlos, seria o rascunho do resultado de um encontro entre Fiúza, João Alves e o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA). Na reunião, os três teriam repartido as verbas destinadas às subvenções sociais.

No segundo bilhete, enviado ao próprio José Carlos, o então ministro da Ação Social pede o descontinenciamento de Cr\$ 13 bilhões para entidades “tradicionalmente atendidas”, de acordo com “indicações políticas”. O manuscrito fala ainda em dar “o mínimo para o estado da Bahia”. Segundo José Carlos, essa referência à Bahia seria apenas uma maneira de não deixar

transparecer que João Alves, denunciado em 1991 por manipulação do orçamento, continuava sendo beneficiado.

Além de Garibaldi, ouviram o depoimento o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e os deputados Zaire Resende (PMDB-MG), Nelson Trad (PTB-GO), Lázaro Barbosa (PMDB-GO) e Sérgio Miranda (PCdoB-MG).